

DE PAULO FREIRE A LÉLIA GONZALEZ: ALIENAÇÃO NA AMÉERICA LADINA

José Victor Alves da Silva¹²⁶

Introdução e justificativa

A partir de uma investigação entre o campo da filosofia política e da história do pensamento político latino-americano, faço um estudo comparado das teorias de Paulo Freire e Lélia Gonzalez em torno do problema da *alienação* no campo da educação. Para isso, utilizo uma abordagem contextualista que analisa a relação entre texto e contexto, junto com o vocabulário normativo utilizado pelos autores. Para analisar o problema da alienação, conceitos freireanos como *aderência* e *adesão* e conceitos gonzaleanos como *amefricanidade* e *tripla discriminação* estimulam reflexões e debates que contribuem para avançar na criação e melhoria de políticas educacionais orientadas para a *desalienação* da sociedade.

Conforme investigo, as contribuições de Paulo Freire e Lélia Gonzalez para o tema da educação no pensamento latino-americano se complementam em suas críticas à *alienação*, de um viés mais universalista por parte do pensamento freireano e de um viés interseccional por parte do pensamento gonzaleano. A proposta universalista de Freire de análise da relação entre opressores e oprimidos intencionava contribuir com um esquema de interpretação das relações de opressão em diferentes âmbitos sociais, inclusive da relação entre países, enquanto Gonzalez aprofunda essa análise dos vieses sociais das opressões. Acredito que a comparação entre as suas teorias pode revelar essas relações de complementaridade. A partir disso, o conceito de alienação é escolhido como categoria principal de investigação, pois: primeiro, faz parte de um léxico comum compartilhado por ambos; segundo, significa um fenômeno amplo que envolve a situação geral de opressão na qual se encontravam e lutavam contra, baseada nas relações desiguais em termos gerais de opressão, de nacionalidade e, como Gonzalez articula, classe, raça e gênero; e, terceiro, representa um desafio especialmente disputável no âmbito das políticas educacionais.

Na epígrafe de *Pedagogia do Oprimido* (1968-70), assumindo seu compromisso com a libertação dos oprimidos, Paulo Freire dedica o livro “aos esfarrapados do mundo

¹²⁶ Doutorando em Filosofia, Mestre em Ciência Política e licenciado em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Membro do GEFAA (Grupo de Estudos de Filosofias Africanas e Afrodiaspóricas da Unicamp). Email: josev.alves.silva@gmail.com

e aos que neles se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam” (Freire, 2019, p. 4). Embora a sua ênfase fosse debater o problema da opressão e sua superação em termos de relações gerais entre opressor e oprimido, educador e educando e, em especial no quarto capítulo, os políticos e as massas, ele também assenta sua análise da situação do Terceiro Mundo e o subdesenvolvimento desses continentes, sendo este o tema comum que o território abarca como seu desafio geral (ibidem, p. 132).

Então, ao discutir a situação de dependência dos chamados *esfarrapados do mundo* a partir daquela relação fundamental, ele também pode interpretar as relações entre sociedades desenvolvidas e dominadoras e sociedades subdesenvolvidas e alienadas (ibidem, p. 218) – como enfatiza o anticolonialismo que tanto ele quanto Gonzalez se conectam em suas buscas por respostas emancipatórias para a América Latina. Assim, se nota a aplicabilidade das suas teorias humanistas na relação colonizador-colonizado, como aborda Frantz Fanon, uma referência comum a Freire (2019) e Gonzalez (2022).

Para interpretar a situação de opressão e as condições de sua superação, vale introduzir a análise que Freire faz da diferença entre *aderência* e *adesão*. A chamada aderência ao opressor seria um tipo de postura alienada do oprimido que, imerso na realidade opressora, introjeta a opressão em sua consciência, em seu corpo e conduta, reproduzindo ou tentando reproduzir de alguma forma o papel de opressor, como um *sub-opressor*, seja oprimindo a si mesmo, seja oprimindo outros oprimidos, seja, ainda, desejando se tornar, de fato, um opressor (Freire, 2019, p. 44). Por outro lado, a adesão do oprimido na realidade significa sua emersão como sujeito crítico que problematiza sua condição alienada e a percebe como desafio a ser enfrentado em comunhão com outros oprimidos, pela libertação de todos.

Portanto, depois de *Educação como prática da liberdade* (1965-7), esta fortemente enraizado na realidade brasileira, Freire passa agora a discutir ao longo da *Pedagogia* questões mais amplas do mundo humano, da cultura, da história e da consciência, contraposto ao mundo desumano da opressão, da acomodação e da alienação, questões estas atravessadas pela sua formulação da teoria da *dialogicidade*. Contrapondo a ação cultural dialógica à ação antidialógica, Freire explica que o sujeito antidialógico é o sujeito da dominação, assim como o dialógico é o da libertação, tanto dos oprimidos quanto da libertação dos opressores.

Por sua vez, a filosofia feminista negra de Lélia Gonzalez representa em muitos aspectos uma espécie de continuidade da filosofia anticolonial da geração de Frantz Fanon, Paulo Freire, entre outros e outras, de meados do século passado, se estendendo para as décadas de 1970 e 1980. Assim, a filosofia de Gonzalez poderia também ser interpretada como uma teoria anticolonial própria, amefricana, especificamente brasileira, de caráter descritivo e normativo. Ainda, a sua filosofia poderia ser considerada também como sua aplicação do anticolonialismo para o nosso contexto nacional, realizando um diagnóstico localizado e atualizado junto com uma análise crítica das ideologias e das relações de poder entre os sujeitos e sujeitas articuladores da nossa estrutura social, material e simbólica; bem como das condições de possibilidade de emancipação dessas estruturas alienantes.

Para Gonzalez, a transição dos anos 1970 para os 1980 significou um período de engajamento na luta de democratização brasileira, por meio dos movimentos contra o regime militar e pela constitucionalização de um novo regime político, bem como de maiores rupturas com o ciclo de ditaduras na América Latina. Nesse processo, as descolonizações africanas reverberam no pensamento negro no Brasil. “Partindo para nos organizar”, nos conta Gonzalez, “vamos ter, nos anos 1970, todo o renascer do movimento negro na nossa sociedade, inspirado efetivamente nas lutas de libertação da África” (Gonzalez, 2020, p. 251). Os seus textos expressam a sua preocupação e a sua busca pela construção de redes de solidariedade trans e internacionais, tanto de articulação política quanto de interpretação da nossa realidade no Terceiro Mundo, nas Américas e no Brasil, em particular.

A autora compreende a articulação intrínseca entre o econômico, o político e o cultural-ideológico, vinculada à divisão racial-sexual do trabalho. Com efeito, ricos e pobres, brancos e não-brancos, opressores e oprimidos internalizam o racismo, o sexismo e outras formas de opressão a partir do nosso sistema educacional e dos meios de comunicação de massa, por isso estes âmbitos deveriam ser alvos de um movimento político de valorização das contribuições negras culturais, históricas, sociais, políticas, econômicas e filosóficas, sendo destacado o papel da mulher negra na formação cultural das Américas, assim revertendo a inferiorização interiorizada. Desta perspectiva, os latino-americanos deveriam se chamar, na verdade, *amefricanos*, pois a predominância cultural da região está nas suas matrizes africanas e ameríndias, não euro-latinas (ibidem, p. 134).

N'A categoria político-cultural de amefricanidade (1988), Gonzalez interpreta a alienação no período neocolonial como a continuação da violência do regime colonial, agora ainda mais sustentada pelo racismo como ideologia da superioridade e inferioridade de raças humanas. Assim, a alienação se torna um mecanismo de manutenção da violência do colonialismo através de uma versão sofisticada dessa violência, incrustada na estrutura social (ibidem, p. 129-130). Dessa forma, portanto, racismo, estabelecido pelo colonialismo junto com o sexismo discutido em *Racismo e sexismo na cultura brasileira* (1984) e outros ensaios teóricos da autora, seria um dos principais fatores da alienação dos amefricanos colonizados, racializados e empobrecidos, capaz de sofisticar a manutenção da violência, principalmente através do seu acobertamento ao se naturalizar os lugares sociais e dinâmicas racializadas; logo se trata de uma alienação ao mesmo tempo violenta e disfarçada.

Essa violência neocolonial recai sobremaneira contra a mulher negra, perpetuando uma tendência enraizada em nosso passado colonial, patriarcal e elitista. No texto *A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica* (1979), ela já utiliza a ideia de *tripla discriminação* para conceituar a experiência tríplice de opressão compartilhada pelas mulheres negras, oprimidas por raça, classe e gênero (ibidem, p. 58). Com efeito, a opressão econômica, racial e de gênero contra as mulheres negras, ampla parcela da nossa sociedade, que costumam ser as grandes responsáveis por suas famílias, abala profundamente a própria estrutura da sociedade. Ao resgatar a corporeidade como elemento da sua teorização, a sua perspectiva interseccional nos ajuda a refletir sobre as singularidades envolvidas no universo pedagógico, fomentando propostas de políticas educacionais que dialoguem com as diversas necessidades do público atendido por tais políticas.

Considerações finais

A colonização da América Latina não se desenvolveu sem uma reação anticolonial, resistência esta que se transforma ao longo da história. Então, com o tempo, as diferentes formas de oposição ao (neo)colonialismo, sendo organizadas em movimentos locais e grupos específicos, passaram a convergir suas lutas contra o colonialismo-imperialismo em movimentos nacionais e internacionais. Esses processos de cooperações, circulação de pessoas e ideias, construiu laços de solidariedades entre grupos oprimidos, movimentos transnacionais de mulheres, a luta dos negros em África e na diáspora, povos de diferentes países e continentes. Tanto Paulo Freire quanto Lélia

Gonzalez, ao tratar do problema da alienação, enfatizaram sua antítese, a *desalienação*. Nesse caminho, o campo da educação é um lugar privilegiado de luta contra as opressões, pela libertação das pessoas e comunidades subjugadas, observado criticamente por Freire e Gonzalez. A aderência do oprimido à realidade opressora, ao ser superada pela sua adesão revolucionária ao movimento de libertação humana, carrega consigo as potencialidades emancipatórias de uma sociedade lutar contra diferentes formas de discriminação, baseadas em nacionalidade, classe, raça e gênero, luta da qual as políticas educacionais tem lugar fundamental para esse processo.

Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro/São Paulo: 2019.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.